

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2005
(Da Sra. MARIA HELENA)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão a respeito de providências administrativas relacionadas com o processamento da folha de pagamento de servidores públicos dos ex-Territórios Federais.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão **a respeito de providências administrativas relacionadas com o processamento da folha de pagamento de servidores públicos dos ex-Territórios Federais.**

Solicitamos que o Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informe a esta Casa Legislativa o seguinte:

I – A Portaria nº 993, do Secretário de Recursos Humanos desse Ministério, datada de 15 de julho de 2005, delegou, ao titular da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, competência para, entre outras incumbências, promover a execução da folha de pagamento dos servidores dos ex-Territórios, inclusive os militares. No tocante ao pagamento de diárias, **tendo em conta o disposto no art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Portaria nº 993, de 2005**, a responsabilidade pelo custeio não seria da alçada da União?



18A2F58F29

II – Quais as razões que ensejaram a edição da **Nota Técnica nº 48, de 2005**, da Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas da Secretaria de Recursos Humanos desse Ministério?

III – Qual a fundamentação legal que orientou a **dupla sistemática**, defendida na Nota Técnica nº 48, de 2005, relacionada com o pagamento de diárias, ou seja, **quando as diárias estiverem vinculadas com cursos e treinamentos deverão ser pagas pela União e nas demais situações deverão ser custeadas pelos Estados?**

IV – Porque os governos estaduais, que utilizam servidores dos ex-Territórios, não foram oficialmente comunicados, tendo em conta a necessidade de estabelecimento de previsão orçamentária?

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputada MARIA HELENA



18A2F58F29

ArquivoTempV.doc



18A2F58F29